



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 18 de julho de 2011

<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Mesa da Câmara rejeita emendas do AM à MP 534 ..... CAPA	1
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> EDITORIAL ..... OPINIÃO	2
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Destaque ..... POLITICA	3
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Tablets ..... POLITICA	4
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Mais do que MP dos tablets, reforma tributária preocupa ..... POLITICA	5
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Estratégia & Ação ..... ECONOMIA	6
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Estratégia & Ação (continuação) ..... ECONOMIA	7
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Amazonas se destaca durante a 63ª Reunião da SBPC ..... ECONOMIA	8
<b>A CRITICA</b> sim & não ..... OPINIÃO	9
<b>A CRITICA</b> Secretários debatem mudanças no Código ..... TEMA DO DIA	10
<b>A CRITICA</b> Secretários debatem mudanças no Código (continuação) ..... TEMA DO DIA	11
<b>A CRITICA</b> Secretários debatem mudanças no Código (continuação) ..... TEMA DO DIA	12
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Contêineres se acumulam nos terminais portuários ..... ECONOMIA	13
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Claro & Escuro ..... OPINIÃO	14
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Falta de portos afeta setor de contêiner ..... AMAZONAS	15
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Indústria dá férias com estoque alto ..... AMAZONAS	16

## Mesa da Câmara rejeita emendas do AM à MP 534

*As emendas foram consideradas “matéria estranha” por objetivarem alterar a lei que dispõe sobre bens de informática*

Foto: Djalma Junior



*Deputado federal Francisco Praciano (PT) reconhece que houve erro de objetivo nas emendas da bancada*

**S**ob orientação do deputado Marco Maia (PT-RS), Mesa Diretora da Câmara Federal rejeitou a maioria das 68 emendas apresentadas por parlamentares federais amazonenses pretendendo alterar a Medida Provisória 534, que concede isenção fiscal de Pis/Pasep e Cofins

país. Segundo o deputado federal Francisco Praciano (PT), as emendas não se referiam à questão específica dos tablets, mas pretendiam alterar a lei que dispõe sobre bens de informática. Por isso, a Mesa as considerou “matéria estranha” ao objetivo da MP.

## EDITORIAL

### Erro infantil faz Mesa da Câmara rejeitar emendas à MP 534

**A** bancada federal do Amazonas cometeu o que até pode ser chamada de infantilidade, mas que na verdade se trata de uma falha grave quando se trata de legislar na mais alta Casa parlamentar do país. Por falha técnica, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados rejei-

tou a maioria das 68 as emendas dos amazonenses à MP 534.

De acordo com informação do deputado Francisco Praciano (PT), a Mesa considerou as emendas “matéria estranha” por objetivarem alterar a lei que dispõe sobre bens de informática e não se referirem à questão específica dos tablets. Um erro que aumenta o risco de não se ter mudanças que beneficiem a ZFM na resultante da medida.

A partir dessa medida, a bancada do Amazonas fica desarmada para a votação em plenário, ou pelo menos deixa de ter um objetivo formalizado, ficando na depen-

dência da orientação da relatoria e da condução da discussão da matéria para tentar uma manobra de última hora. Ou seja, continuará correndo atrás do prejuízo.

Que tal ocorrência houvesse partido de algum político inexperiente e sem assessoria competente, seria até compreensível. Mas a nossa bancada federal é hoje formada por pessoas com currículo extenso nas casas legislativas, alguns com longos anos de experiência na própria Câmara Federal.

O fato leva a imaginar que o interesse já demonstrado de não desagradar o governo central continua a ser mais forte que o compromisso com o Estado.

## Destaque

**As emendas apresentadas pela bancada do AM no Congresso, que deveriam alterar a MP dos tablets, foram rejeitadas, segundo Francisco Praciano. A mesa também rejeitou várias emendas de autoria do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).**



Foto: Djalma Junior

## Briga

**Dentre as emendas rejeitadas, Praciano destaca as encaminhadas pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e todas as que foram orientadas pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).**

**Os parlamentares ainda acham que a rejeição das emendas não é motivo para preocupação.**

**Pauderney Avelino destaca que a partir da escolha do relator da MP na Câmara Federal será iniciado novo processo de conversações.**

**Mais do que a MP dos tablets, Avelino diz que a reforma tributária, que está sendo esboçada, representa "maior perigo".**

**A bancada federal terá que se unir e se articular com competência para garantir as vantagens comparativas da ZFM junto ao Palácio do Planalto.**

## Tablets

# Câmara rejeita emendas da bancada federal do Amazonas

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

*A maioria das 68 emendas que pretendiam alterar a MP dos tablets foi rejeitada na Câmara Federal, segundo Francisco Praciano*

A Mesa Diretora da Câmara Federal, presidida pelo deputado Marco Maia (PT-RS) rejeitou a maioria das 68 emendas apresentadas por parlamentares federais amazonenses pretendendo alterar a Medida Provisória 534, que concede isenção fiscal de Pis/Pasep e Cofins à comercialização dos tablets em todo o país, inserindo-os no Programa de Inclusão Digital e equiparando-os aos computadores e notebooks. A informação é do deputado Francisco Praciano (PT-AM), segundo o qual a mesa considerou as emendas “matéria estranha” por objetivarem alterar a lei que dispõe sobre bens de informática e não se referirem à questão específica dos tablets.

“As propostas que nós

apresentamos foram discutidas com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, foram quatro emendas também rejeitadas pela mesa da Câmara.

A maioria das emendas foi rejeitada, as emendas foram consideradas matéria estranha, pois a MP 534 trata de isenções para os tablets e as nossas emendas queriam alterar a lei de informática”, explicou Praciano ao *Jornal do Commercio*. Dentre as emendas rejeitadas, o deputado destaca várias encaminhadas pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e todas as que foram orientadas pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A mesa rejeitou várias emendas de autoria do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), “As minhas emendas foram todas rejeitadas”, salienta.

Francisco Praciano entende que, apesar das emendas rejeitadas, o Amazonas não deve temer prejuízos com relação à MP 534.

“Hoje o governo federal quer incentivar a produção de tablets no Brasil inteiro, tem o plano de ampliação da Banda Larga, ou seja, internet com maior velocidade, e precisa ter custo menor de tablet, pra massificar o ta-

blet no Brasil. Isso é uma política de âmbito nacional. O Amazonas não produz tablet e a lei de informática nós já perdemos desde 1995”. Agora, nós temos é que lutar para não perdermos as conquistas que conseguimos com sacrifício”, comenta o deputado petista.

Na opinião do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), a rejeição das emendas não é motivo para preocupação, pois “mesmo com as emendas não acatadas pela Mesa Diretora, nós temos condições de fazer as coisas acontecerem em benefício da Zona Franca de Manaus”.

Ele assegura que a partir da escolha do relator da MP na Câmara Federal seja iniciado um novo processo de conversações. “Será um novo processo e nós apostamos em nossa experiência política para fazermos valer os interesses do nosso Estado”, diz.

Das dez emendas que apresentou à MP dos tablets o deputado explica que algumas delas visam incentivar a produção de tablets no PIM-Polo Industrial de Manaus e estabelecer compensações à indústria do Estado.

O deputado, porém, não desanima e se diz pronto para lutar após o recesso.

## Mais do que MP dos tablets, reforma tributária preocupa

“Temos consciência da grande luta que vamos enfrentar nesse segundo semestre, pois o atual Processo Produtivo Básico, colocado para os tablets, é inviável, não tem condições de ser implementado”, afirma, ressaltando que a bancada federal terá que se unir e se articular com competência para garantir as vantagens comparativas da ZFM junto ao Palácio do Planalto e sensibilizar o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

### Reforma tributária

Mais do que a MP dos tablets, Pauderney Avelino diz que a reforma tributária, que está sendo esboçada no Congresso Nacional, representa “maior perigo para a nossa Zona Franca”, inclusive em função da má vontade do governo federal para com o Amazonas. “Se depender do governo, a Zona Franca não dura mais dez anos, não chega nem a 2023”, avisa, afirmando que a política industrial do Palácio do Planalto “é altamen-

te pernicioso ao Amazonas e o algo absurdo”.

---

**Parlamentares  
advertem:  
"A política industrial  
do Palácio do Planalto é  
altamente pernicioso ao  
Amazonas"**

---

que a presidente Dilma Rousseff está fazendo com o Estado é

De acordo com Pauderney, à reforma tributária prejudicará a ZFM com a mudança do sistema de cobrança do ICMS. “O governo quer reduzir a alíquota do ICMS para dois por cento, nivelando as regiões desiguais do Brasil de forma igual, nós perderemos competitividade, e perdemos tudo para São Paulo”, adverte, sustentando que a reforma “é uma coisa danosa, pernicioso, para o nosso Estado”.

## Estratégia & Ação



**NILSON PIMENTEL**

### **Desenvolver o Amazonas para crescer - 4**

O mundo passa por profundas transformações em todas as áreas de atuação humana, desde as intervenções antrópicas no meio ambiente, passando pelo agravamento da fome em alguns países da África, catástrofes ambientais-climáticas, até a continuada crise econômica em países europeus e no gigante americano, que alguma forma irá provocar riscos residuais nos principais e importantes países do globo, principalmente na área econômica afetando a vida de todos nas sociedades globalizadas. Aqui no Amazonas não é diferente, há preocupações com diversos e latentes riscos pairando sobre os ares, o que é perfeitamente compreensível as manifestas preocupações do executivo industrial do PIM (Polo Industrial de Manaus), economista Wilson Périco quanto aos destinos e riscos que corre o projeto Zona Franca, frente as constante manifestação de Ministros do governo Dilma, sem que o Estado do Amazonas e a Suframa apresentem alguma linha estratégica de atuação quanto ao futuro da Zona Franca (PIM), principalmente quanto a tendências tecnológicas de convergência, a qual é inexorável. Assim como a avassaladora tomada de posição do gigante chinês nos mercados mundiais.

Outro fator que preocupa é baixa capacidade de exportação do modelo ZFM, a cada ano decai essa participação no mercado externo, o que para uns pode ser o significativo viés de substituição de importações que o modelo exerce para o Brasil, frente à avalanche de produtos importados, principalmente de países asiáticos, notadamente da China, Coréia do Sul e Japão, e para outros pode ser a vertiginosa valorização do real frente ao dólar, o que favorece as importações e dificulta as exportações brasileiras. Visto os acontecimentos científicos & tecnológicos desta primeira década do século XXI são frutos resultantes do processo de liberalização econômica que o mundo passa novamente a experimentar desde a década de '90, quando o mundo eclodiu a explosão das tecnologias identificadas como TIC's (tecnologias das informações e comunicações). Também, a partir de então, começou-se a vislumbrar que o processo científico & tecnológico tinha o caminho da convergência, "começando" com os aparelhos de CD/DVD e o próprio CD, dentre tantos.

## Estratégia & Ação (continuação)

Contudo, essas tecnologias passaram a influir nos equipamentos exploratórios no setor primário, propiciando

**O que se pretende implantar no AM é o retorno das técnicas do planejamento econômico**

melhorias na produtividade setorial. No entanto, o que se vem experimentando é que os preços dos produtos e serviços desses sistematizados tecnologicamente, vem caindo, enquanto o preço de valor de mercado de bens e produtos primários, tidos como commodities elava-se no mercado mundial, como matérias-primas minerais e de agro-business de base alimentar. Parece ser um

grande paradoxo, haja vista, todo esse progresso de base científica ser basilar na era do conhecimento e, nisso que se fortalece a questão do planejamento econômico estratégico voltado aos processos de desenvolvimento econômico regional de conotação e concepção econômica endógeno, visto o aproveitamento econômico racional dos potenciais oriundos dos recursos naturais que os espaços territoriais amazonenses estão dotados, ou seja, são processos produtivos de materiais nativos sem dependência externas que podem ser mobilizados para a formação de capital estritamente amazônico, uma vez que a atração de capitais de investimentos que aportem nesses processos de desenvolvimento econômico endógeno criará aderência máxima à origem desses recursos naturais, não mais se evadindo como atualmente acontece como o Pólo da indústria tida como dinâmica do PIM. O que isso diferencia o estado Amazonas é justamente o fato de ser abundante em recursos naturais e dentre estes de potenciais econômicos, mas carente de uma indústria de base solidificada na vocação regional, juntamente com o Pólo dinâmico do PIM, que garanta agregação de valor ao sistema de produção de base endógena.

No entanto o que se vê é o contrario, provocando maiores desequilíbrios inter e intra-regional nos espaços territoriais nos municípios amazonenses, mesmo assim, o governo estadual e a SUFRAMA ainda não se dispusera alterar solidificadamente o modelo ZFM, pois como todo projeto de desenvolvimento econômico regional não possui um fim em si próprio. Mesmo assim, cabe aos gestores públicos e privados do Amazonas agir estrategicamente em defesa desse único e vitorioso projeto de desenvolvimento econômico regional, frente aos riscos eminentes que pairam sobre ele, e não venha dizer da promessa de prorrogação de 50 anos, o que nada adiantará se seu escopo produtivo estiver esvaziado pelo processo de convergência tecnológica em marcha, mais o 'fogo amigo' dos ministros da presidente Dilma.

**NILSON PIMENTEL** é economista, engenheiro, administrador, consultor de empresas e mestre em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)

### Amazonas se destaca durante a 63ª Reunião da SBPC

*“Durante os anos, a participação do Estado atraiu mais investimentos públicos para a ciência e tecnologia da região”*

POR MARIA DERZI

Os resultados obtidos pelo Amazonas, nos últimos anos, no desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia e no incentivo à pesquisa regional, com aplicação prática na realidade da população, estão cada vez mais alavancando a posição do Estado na pesquisa brasileira. A participação do Amazonas na 63ª Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência) foi uma prova disso, como avalia o Secretário de Ciência e Tecnologia do Amazonas, Odenildo Sena. “Eu diria que cada vez mais o Estado vem obtendo sucesso na sua participação durante reunião da SBPC. Os investimentos na pesquisa e nas políticas públicas são prioritários e os resultados vêm beneficiando o Estado e a população, proporcionando o desenvolvimento. Isso chamou bastante a atenção do público e tive-

mos muitos comentários positivos”, salientou.

De acordo com o Odenildo, a participação na reunião, neste ano, do Amazonas, fortaleceu o interesse do público externo com vistas à produção de pesquisa do Estado, valorizando não apenas o potencial intelectual local, mas também os âmbitos econômico e social, nos quais as pesquisas são desenvolvidas.

Entre os projetos apresentados pelo Estado destaque para a Pesqui-

sa que investiga as águas subterrâneas do Passeio do Mindu, estudo realizado pelos alunos de Engenharia Civil da UEA (Universidade do Estado do Amazonas). O objetivo do projeto é identificar o nível de profundidade das águas subterrâneas e as possíveis contaminações nos lençóis freáticos. “Pelo fato de ser um trabalho que se relaciona bastante com o tema deste ano da SBPC e pela importância na análise que faz um

estudo especificamente sobre a água. Acho que foram por esses fatores que conseguimos a atenção do público”, disse o aluno Gabriel Alencar.

Também chamou a atenção do público local o projeto apresentado pelo Cetam do Polo de Movelaria da Escola Educação Profissional Moisés Israel, do município de Itacoatiara. Os alunos produzem peças a partir de sobras de madeira reaproveitadas e transformadas em artefatos domésticos.

Números	
<b>SBPC 2011</b>	
Palestrantes	483
Mínicursos	80
Instituições	135
Expositores	90
SBPC Jovem - 4,5 mil pessoas	
SBPC Cultural - 5 mil pessoas	

Manaus, segunda-feira, 18 de julho de 2011.

## sim & não

### Alfredo ainda está fora do alvo

A situação do senador Alfredo Nascimento (PR) em Brasília tende a melhorar a medida em que o alvo da imprensa continuar no secretário-geral do partido, o deputado paulista Waldemar da Costa Neto, cujas garras sobre a estrutura do Ministério dos Transportes é cada vez mais evidente. Nesse cenário, diz um experiente funcionário do Congresso, Alfredo depende da capacidade de Waldemar de resistir, pois ele é anteparo final entre a mídia e o ex-ministro.

**Racha** Um complicador para o senador é o racha entre as bancadas do Senado e da Câmara. O analista garante que três dos seis senadores do PR estão em descompasso com a atuação de Alfredo.

**Defesa** Conforme o deputado Henrique Oliveira (PR), Alfredo Nascimento mantém a disposição de fazer a defesa dele no Congresso assim que acabar o recesso e deve falar na primeira ou na segunda sessão do Senado.

**Bambino** Um dos pontos dessa defesa está em mostrar que a evolução do patrimônio do filho, Gustavo, foi superdimensionada. Que parte do que está creditada a ele pertence na verdade aos sócios na Forma Construção.

**Vermelha** No jogo pesado da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) destacou o fato dela agora proibir o contingenciamento de recursos próprios da Suframa.

**Dilma** Depois de muito tempo sem postagens no twitter, o @dilmabr postou um comentário sobre o desempenho "exuberante" do Pólo Industrial de Manaus e remeteu para matéria da Agência Brasil.

**Conflito** Lideranças de agricultores familiares do Sul do Amazonas circularam por Manaus com um vídeo mostrando motoqueiros ameaçando trabalhadores rurais. Eles prometeram

entregar a peça na Polícia e no Ministério Público Federal e nas ONGs ambientalistas.

**Desmate** Por falar na região, técnicos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem agido na região para controlar o desmate.

**Educar** A temporada de inscrições para Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de cursos de nível superior começa hoje. A Universidade do Estado do Amazonas impôs-se o desafio de repetir os bons números do Enade de 2009.

**Mercado** A nova logomarca da recriada Casas do Óleo

custou R\$ 371,00 num site de leilões (wedologo). O preço deixou designers amazonenses indignados.

**Parintins** O boi Garantido realizou ontem a tradicional festa da "matança do boi". No curral da baixa do São José, os "vermelhos" encenaram o auto do boi, com Catirina e Pai Franciso. Na pauta, muitas ironias contra a figura do levantador do Caprichoso, o "Imperador" Davi Assayag.

**Eleitoral** Blog do juiz amazonense Carlos Zamith alcançou repercussão nacional com o "post" sobre perícia em lista de apoiadores do novo partido do prefeito paulistano Gilberto Kassab, o PSD. Há suspeita de que assinaturas foram feitas pela mesma pessoa.

✘ Encontro do PCdoB estabeleceu como meta eleger três vereadores em 2012. "É pule de dez" que o partido terá a senadora Vanessa Grazziotin como candidata a prefeita. Só falta agora combinar com o eleitor.

✘ Projetos pilotos de inclusão nas áreas de saúde e esporte e lazer serão lançados na Zona Leste de Manaus pela Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Sepe). É promessa de campanha do governador Omar Aziz sendo cumpridas.

✘ O Amazonas, como o Estado mais preservado do Brasil, deveria fazer muita festa para comemorar hoje o Dia Nacional de Proteção das Florestas. É caso para se orgulhar!

## Secretários debatem mudanças no Código

**ANA CELIA OSSAME**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A possibilidade de aumentar o desmatamento em municípios onde existem Unidades de Conservação e Reserva Legal trazida pelo polêmico texto do novo Código Florestal brasileiro é uma preocupação apontada pela secretária Nádia Ferreira, titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). Por iniciativa dela, o projeto, prestes a ser votado no Senado, será incluído na pauta da reunião dos secretários de Meio Ambiente dos nove Estados da Amazônia Legal. O evento começa hoje em Cuiabá (MT). O projeto foi alvo de um protesto ontem no Parque dos Bilhares, em Manaus.

Essa primeira reunião dos secretários da Amazônia Legal é organizada pelo Governo federal, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, com o objetivo de estabelecer a integração das ações ambientais e definir uma agenda conjunta que possibilite a priorização da temática ambiental de forma que o desenvolvimento dos Estados seja construído em bases sustentáveis. Estarão presentes representantes dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins.

Nádia reforçará a manifestação feita durante a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), encerrada na última sexta-feira, em Goiânia, contra o texto atual do projeto do Código Florestal. A entidade maior da ciência no Brasil defendeu mudanças no projeto do novo código solicitando, antes de ser votado, que seja analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, onde devem ser levados em conta estudos realizados por especialistas da área.

### DISCUSSÃO URGENTE

A representante do Amazonas afirma ser importante inserir este tema na medida em que as propostas do projeto vão abrir a possibilidade de redução das áreas de Reserva Legal (RL), atingindo diretamente o Amazonas, onde existem 21 municípios com Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas

### Protesto

**Manaus realizou ontem, 17, sua primeira manifestação contra as mudanças no Código Florestal. Organizada por meio da rede social Facebook por ativistas ligados à ONG SOS Floresta, o ato aconteceu no Parque dos Bilhares.**

(TI). Seguindo o critério proposto no projeto seria permitido desmatar até 50% dessas áreas, o que representaria, se somadas todas, 485 mil quilômetros quadrados, maior que toda a área desmatada no ano passado, que chegou a 475 mil quilômetros quadrados, exemplifica.

Ao defender o zoneamento ecológico e econômico como a ferramenta ideal para casos de redução de Reserva Legal, exclusivamente nos casos de áreas já consolidadas, Nádia Ferreira diz que a redução dessas áreas só deve ser feita por meio desse instrumento.

## Secretários debatem mudanças no Código (continuação)

### Personagem

 PRESIDENTE  
DA SBPC

**Helena Nader**



### “Projeto é impróprio”

A Presidente da SBPC, Helena Nader, abriu a última reunião anual da SBPC com um verdadeiro desabafo contra a forma como vem sendo discutido e votado o texto do novo Código Florestal brasileiro, porque a colaboração da ciência vem sendo evitada pelos parlamentares tanto da Câmara Federal quanto, agora, do Senado. Ela criticou o fato de que, em nome de interesses restritos, lideranças ruralistas e ambientalistas tenham dado as costas para as possibilidades que a ciência tem a oferecer para a definição de regras e parâmetros que harmonizem a preservação ambiental e a produção agrícola. “As tentativas de colaboração da ciência para um código florestal moderno e equilibrado, encontraram ouvidos moucos em muitos dos gabinetes de Brasília pelos quais passamos nos últimos meses”, disse.

### Pontos



#### Potencial econômico do bioma brasileiro

❖ O Brasil é um dos países com maior diversidade biológica por abrigar pelo menos 20% das espécies do planeta. Isso implica amplas oportunidades, em particular econômicas (como, por exemplo, o desenvolvimento de novos alimentos, fármacos, bioterápicos, madeiras e fibras, tecnologias biomiméticas e do turismo ecológico), mas também maior responsabilidade, diz a SBPC.

❖ A legislação ambiental, que já obteve importantes avanços, precisa de revisões para refletir, ainda mais, a importância e o potencial econômico do patrimônio natural único do Brasil. Retrocessos terão graves e irreversíveis consequências ambientais, sociais e econômicas.

### Em números

#

**61**

milhões de hectares de terras degradadas existem no País. Elas podiam ser recuperadas e usadas na produção de alimentos com conhecimentos e tecnologias disponíveis, diz a SBPC.

**1934**

é o ano do primeiro Código Florestal brasileiro. Tanto esta legislação original como todas as alterações levaram em consideração os conhecimentos científicos até então disponíveis.

### Secretários debatem mudanças no Código (continuação)

#### Janela aberta para a degradação

Outra questão de risco é a proposta, inserida no projeto do novo código, de que as pequenas propriedades com até quatro módulos fiscais sejam isentas de ter Reservas Legais. A titular da SDS, Nádia Ferreira também faz contas para citar os 90 mil agricultores familiares assistidos pelo Idam no Estado. "Se for feita a multiplicação dos 90 mil por quatro módulos rurais, que dá um to-

tal de 400 hectares cada, teremos uma área de 388 mil hectares para esses agricultores ficarem isentos de reservas. Isso abre grande janela para o desmatamento", disse a secretária.

Ela defende a criação de incentivos econômicos para quem quer tanto preservar quanto recuperar, pois existe um custo para o produtor rural manter suas áreas preservadas. Ao lembrar a necessidade de cuidados com as

áreas urbanas, de modo a prevenir situações como a ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro, a titular da SDS defende ainda mais salvaguardas para a população urbana. Para ela, não se pode olhar de forma pequena a questão do meio ambiente. "Ela tem que ser ampliada e vamos buscar fazer isso nessa reunião para que tenhamos uma defesa em conjunto na região amazônica", finalizou.

#### Área perde 60% de proteção

Entre as contribuições oferecidas por cientistas inseridos no Grupo de Trabalho organizado pela SBPC para analisar o projeto do novo código, está a que alerta sobre as Áreas de Proteção Ambientais (APPs). De acordo com eles, uma possível alteração na definição da APP ripária, do nível mais alto do curso d'água conforme determina o Código Florestal vigente, para a borda do leito menor, como é

proposto no substitutivo, representaria grande perda de proteção para áreas sensíveis.

Essa alteração proposta significaria perda de até 60% de proteção para essas áreas. Já a redução da faixa ripária de 30 para 15 metros nos rios com até 5 metros de largura, que compõem mais de 50% da rede de drenagem em extensão, resultaria na redução de 31% da área protegida pelas APPs ripárias.

Estudo recente concluiu que as

APPs ripárias representam somente 6,9% das áreas privadas, de acordo com o Código vigente. Os cientistas lembram que a presença de vegetação em topos de morro e encostas tem papel importante no condicionamento do solo para o amortecimento das chuvas e a regularização hidrológica diminuindo erosão, enxurradas, deslizamento e escorregamento de massa em ambientes urbanos e rurais.

## Contêineres se acumulam nos terminais portuários

Déficit nacional de US\$ 4 bilhões em novos terminais teria como causa as restrições criadas pelo governo federal

**A**s restrições criadas pelo governo federal para a construção de novos terminais portuários no Brasil têm comprometido a expansão do transporte via contêiner. Calcula-se que o país tenha hoje um déficit de US\$ 4 bilhões em novos terminais de contêineres para atender uma demanda reprimida que não para de crescer.

No Brasil, a revolução do transporte em contêiner desembarcou com força no final dos anos 90, depois da privatização dos portos. Entre 2006 e 2010, com uma base maior, o ritmo diminuiu um

**Depois de todos os investimentos, há pouca margem de manobra para a ampliação dos portos, estrangulados pelo crescimento urbano**

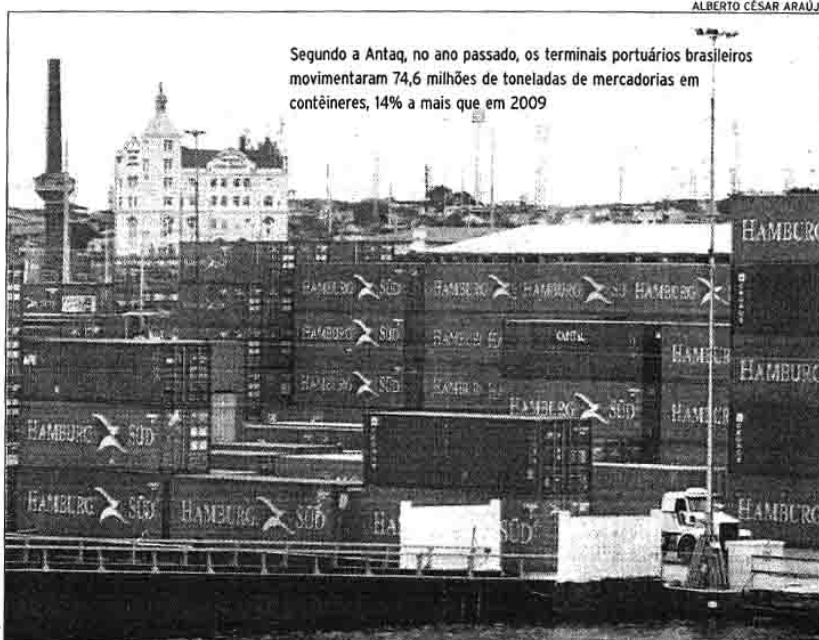
pouco: cresceu 19% no período. Uma das justificativas é a capacidade dos terminais, que estaria no limite. Depois de todos os investimentos feitos, há pouca margem de manobra para as empresas ampliarem os terminais. A maioria está instalada dentro de portos públicos, estrangulados pelo crescimento urbano.

O diretor executivo da Asso-

ciação dos Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), Paulo Villa, destacou que, desde a privatização, a iniciativa privada investiu US\$ 2 bilhões nos terminais de contêineres. "Mas precisaríamos de US\$ 4 bilhões. Ou seja, ficamos com um gap de US\$ 2 bilhões. Junta-se a isso, a demanda de cabotagem que soma outros US\$ 2 bilhões de investimen-

tos não realizados", afirmou Villa, ao ressaltar que, caso nada seja feito, o déficit pode chegar a US\$ 10 bilhões até 2020.

Em Santos, maior porto da América Latina, a expansão da capacidade dos terminais tem se tornado uma das maiores preocupações da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), administradora do complexo. Hoje os terminais existentes conseguem atender até 3,2 milhões teus (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Em 2010, no entanto, o volume já estava em 2,75 milhões de teus, ou seja, bem próximo do limite.



Segundo a Antaq, no ano passado, os terminais portuários brasileiros movimentaram 74,6 milhões de toneladas de mercadorias em contêineres, 14% a mais que em 2009

## Filas e burocracia também prejudicam

No ano passado, os terminais portuários brasileiros movimentaram 74,6 milhões de toneladas de mercadorias em contêineres, 14% mais que em 2009, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O volume, no entanto, representa 62% do total de car-

ga geral transportada pelos portos nacionais no ano. Isso significa que há um mercado potencial grande para os contêineres, mas faltam terminais para atender a toda essa demanda.

Um novo terminal portuário demora entre 5 e 6 anos para sair do papel. Alguns gasta-

ram até 12 anos para fazer as primeiras movimentações, como é o caso de Itapoá, em Santa Catarina. O terminal foi inaugurado em dezembro do ano passado, mas apenas começou a funcionar em 16 de junho por causa da falta de acesso terrestre e licença de operação.

## Claro & Escuro

### Profissionalização

A proposta da Prefeitura de Manaus de 'privatizar' a gestão das feiras e mercados da cidade é uma alternativa que pode garantir investimentos e qualidade a esses espaços em parceria com a iniciativa privada.

### Promessa

Texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado pelo Congresso Nacional na quarta-feira, proíbe contingenciamento de recursos da Suframa de taxas recolhidas no próprio Polo Industrial de Manaus (PIM), uma prática histórica do governo federal.

### Isolamento a favor

Estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) aponta que o Amazonas tem "baixo risco de desmate". O difícil acesso às áreas mais favoráveis à prática contribui para a preservação.

### Extremos

O investimento produtivo no Polo Industrial de Manaus (PIM) ultrapassou a barreira dos US\$ 10 bilhões – chegou a US\$ 10,5 bilhões em maio. Na contramão do indicador é cada vez maior (61%) a massa de



### Pergunta do dia:

Os poderes constituídos do Amazonas vão extinguir o 14º ou mesmo 15º salários caso a Câmara dos Deputados aprove a medida, da mesma forma que incorporam benefícios quando esses são adotados pelo Congresso, como aumento de salários?

bobo no futebol de areia, não!"

De Júlio Costa, torcedor no Twitter, sobre a má qualidade do gramado e do futebol apresentado pela seleção contra o Paraguai nas quartas de final da Copa América, ontem.

trabalhadores que ganha até 2 salários mínimos (R\$ 1.090).

### Sem braço

No Facebook, João Pedro (PT) continua atendendo como senador da República. Alfredo Nascimento (PR) retomou seu mandato no último dia 6, após deixar o Ministério dos Transportes por suspeitas de corrupção.

## Falta de portos afeta setor de contêiner

**As restrições criadas pelo governo federal para a construção de novos terminais portuários no Brasil estão comprometendo a expansão do transporte em contêiner - aquelas caixas de metal padronizadas que transportam produtos distintos, de café e açúcar a celulares e roupas.**

Calcula-se que o País tenha hoje um déficit de US\$ 4 bilhões em novos terminais de contêineres para atender uma demanda reprimida que não para de crescer.

No Brasil, a revolução do transporte em contêiner desembarcou com força no final dos anos 90 depois da privatização dos portos. Nas mãos da iniciativa privada, os terminais

foram ampliados e modernizados. Trocaram os antigos guindastes por equipamentos automatizados, que conseguiam movimentar dezenas de contêineres por hora. Em seis anos (de 1999 a 2005), eles triplicaram o volume de cargas.

Entre 2006 e 2010, com uma base maior, o ritmo diminuiu um pouco: cresceu 19% no período. Uma das justificativas é a capacidade dos terminais, que estaria no limite. Depois de todos os investimentos feitos, há pouca margem de manobra para as empresas ampliarem os terminais. A maioria está instalada dentro de portos públicos, estrangulada pelo crescimento urbano.

Em Santos, maior porto da América Latina, a expansão da



**Ampliação** da infraestrutura portuária é saída para desafogar a demanda não atendida pelo transporte com contêineres. /Foto: Raimundo Valentim/29/10/10

capacidade dos terminais tem se tornado uma das maiores preocupações da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), administradora do

complexo. Hoje os terminais existentes conseguem atender até 3,2 milhões teus (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Em 2010, no

entanto, o volume já estava em 2,75 milhões de teus, ou seja, bem próximo do limite.

Mesmo assim, os números não revelam os enormes problemas que as empresas enfrentam durante os meses de pico, afirma o diretor da Hamburg Sud/Aliança, José Balau. "Entre setembro e novembro a operação cresce 20%. Fica caótico, com filas de navios no mar e de caminhões nas rodovias", observa.

Na opinião dos executivos, o Brasil está demorando muito para enxergar o gravidade do problema. Um novo terminal portuário demora entre cinco e seis anos para sair do papel.

Fale com o editor  
redacao@diarioarn.com.br

## Indústria dá férias com estoque alto

O descompasso entre o ritmo de produção das fábricas e as vendas do varejo provocou um aumento dos estoques em setores importantes, como carros, embalagens, materiais de construção e até alimentos na virada do semestre. Com encalhe crescente, houve indústrias que iniciaram o mês dando férias ou cortando hora extra. O comércio reduziu pedidos e optou por promoções nas quais na compra de um item, o segundo é de graça.

Dados da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que, pelo segundo mês seguido, a fatia de empresas com estoques excessivos aumentou em junho e atingiu 5,3%. De 14 setores pesquisados, em nove cresceu o percentual de companhias que declararam ter estoques acima do normal na comparação com maio. A pesquisa já desconta o comportamento típico de cada



Montadoras de automóveis pisam no freio, após completarem o volume do estoque nos pátios ao equivalente a um mês de vendas /Foto: Paulo Pina/AE

ques excessivos. Em junho, 52,5% dos fabricantes de embalagens metálicas e 15,9% das indústrias de material plástico para embalagens informaram que estavam com volumes excessivos de produtos.

Segundo Braga, o aumento dos estoques de embalagens é um termômetro importante

economista.

“Todo mundo hoje está com estoque porque o crescimento do PIB vai ser menor”, diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico, José Ricardo Roriz Coelho. Ele conta que os estoques do setor chegaram a 25 dias e o normal é 20. Esse acrésci-

nárias, há o equivalente a 33 dias de vendas de carros nos pátios, um volume muito próximo do considerado crítico para o setor, que é de 35 dias.

O encalhe de veículos fez vendas de três marcas concorrentes (GM, Nissan e Fiat) se unirem para desovar cerca de 2 mil carros. Três concessioná-

## Empresas de linha branca e de motocicletas iniciam parada técnica do mês

Fabricantes de geladeiras, lavadoras, fogões (linha branca) e motos deram férias coletivas na virada do mês alegando “parada técnica normal” para manutenção das linhas, pois as vendas nesta época são menores.

A Electrolux, por exemplo, parou a produção de duas linhas de lavadoras, duas de fogões e uma de freezer entre os dias 11 e 20 deste mês, que envolvem 2 mil trabalhadores. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, Eric Silva, a empresa informou que está ajustando estoques. Ele acrescenta que pequenas empresas que fornecem peças para a companhia também interromperam a produção